

“O abolicionismo do Ceará e o jornal *A Província de S. Paulo*”: o papel do *Libertador* na projeção do vanguardismo abolicionista cearense no teatro do jornalismo (1881-1883)

“The abolitionism of the Ceará and the newspaper A Província de S. Paulo”: the role of Libertador in the projection of the Cearense abolitionist avant-garde in the theater of journalism (1881-1883)

Francisco Paulo de Oliveira Mesquita

Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (PPGH/UFC). Graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Atualmente é membro dos Grupos de Pesquisa “Sociedade de Estudos do Brasil Oitocentista” (SEBO/UFC) e “Grupo de Pesquisa em Práticas Urbanas” (GPPUR/UECE).

Resumo: Em 1883, o abolicionista Domingos Jaguaribe Filho divulgou no jornal antiescravista fluminense *Gazeta de Notícias*, uma resposta para um editorial que criticava a repercussão do movimento abolicionista do Ceará no Brasil, transcrito no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, porém, publicado por um articulista do jornal republicano paulistano *A Província de S. Paulo* chamado Ralph, alguns dias após a abolição na cidade de Fortaleza. Essa discussão entre o correligionário do abolicionismo cearense e o jornalista republicano no teatro do jornalismo, logo ecoou no jornal abolicionista cearense *Libertador* e foi apropriado em sua propaganda para a projeção do Ceará, como vanguarda da liberdade, realizada desde o seu aparecimento na imprensa cearense, em 1881. Destarte, o presente artigo discute como o jornal *Libertador* apropriou essa discussão no teatro do jornalismo e fomentou a propaganda da projeção do Ceará, como vanguarda do movimento abolicionista brasileiro, antes da abolição oficial

Abstract: In 1883, the abolitionist Domingos Jaguaribe Filho published in the Fluminense anti-slavery newspaper *Gazeta de Notícias*, a response for an editorial that criticized the repercussion of the abolitionist movement of Ceará in Brazil, transcribed in the *Jornal do Commercio* of the Rio de Janeiro, however, published by a columnist from the Paulistano republican newspaper *A Província de S. Paulo* called Ralph, a few days after the abolition in the city of Fortaleza. This discussion between the supporter of Ceará’s abolitionism and the republican journalist in the theater of journalism, soon echoed in the abolitionist newspaper Cearense *Libertador* and was appropriate in its propaganda for the projection of Ceará, as the vanguard of freedom, carried out since its appearance in the Cearense press, in 1881. Thus, this article discusses how the newspaper *Libertador* appropriated this discussion in the theater of journalism and promoted propaganda for the projection of Ceará, as the vanguard of the Brazilian

dos cativos dessa província, no dia 25 de março de 1884. A partir da metodologia da análise dialógica do discurso e dos pressupostos da história socio-cultural da imprensa, foram analisados relatos de época, dicionários biográficos e algumas notícias divulgadas pelos jornais *Libertador* (CE), *Diário do Brazil* (RJ), *Gazeta de Notícias* (RJ), *Gazeta da Tarde* (RJ), *Jornal do Commercio* (RJ) e *A Província de S. Paulo* (SP), que evidenciaram como a articulação entre o jornal *Libertador* e os seus correligionários da imprensa brasileira, facilitou a divulgação de alguns dos símbolos que legitimaram a narrativa do protagonismo abolicionista cearense, durante este embate.

Palavras-chave: História. Abolicionismo. Imprensa.

abolitionist movement, before the official abolition of the captives of that province, on March 25, 1884. Based on the methodology of the dialogical analysis of the discourse and the assumptions of the socio-cultural history of the press, were analyzed period reports, biographical dictionaries and some news published by the newspapers *Libertador* (CE), *Diário do Brazil* (RJ), *Gazeta de Notícias* (RJ), *Gazeta da Tarde* (RJ), *Jornal do Commercio* (RJ) and *A Província de S. Paulo* (SP), which showed how the articulation between the *Libertador* newspaper and its supporters of the Brazilian press, it facilitated the dissemination of some symbols that legitimized the narrative Cearense abolitionist protagonism, during this clash.

Keywords: History. Abolicionism. Press.

Introdução

Antes da repercussão do dia 25 de março de 1884 pelo Império, o movimento abolicionista cearense já havia ganhado bastante destaque na opinião pública brasileira e levantava diversas expectativas sobre os rumos do problema do elemento servil entre escravos, senhores e abolicionistas, animando os debates no performático teatro do jornalismo. Embora na década de 1880, muitos jornais afirmassem ter o compromisso com a neutralidade na difusão das notícias, a imprensa, assim como a política, ainda era um teatro, e revivia as disputas exaltadas, entre os periódicos e os jornalistas, realizadas desde o Primeiro Reinado brasileiro.

Conforme a historiadora Ivana Stolze Lima, a imprensa ainda era um teatro, pois semelhante à política, ela era “uma forma de representação do drama social, e funcionando como uma cena em que cada título constituía um ator-personagem, com suas falas, imprecisões, notícias, denúncias, zombarias e convencimentos, teatralizava a política (LIMA, 2003: 37) na opinião pública. Nesse palco de disputas, muitas vezes no anonimato, jornalistas e periódicos comentavam simultaneamente os atos dos outros, publicavam trechos, criticavam ou procuravam apoio, transformando a imprensa em uma espécie de teatro para a discussão dos temas em evidência na vida política e no cotidiano da sociedade, em grande medida, visando apenas afirmar os objetivos dos grupos que sustentavam as suas lutas (BARBOSA, 2010: 49).

Apesar de a campanha contra a escravatura no Ceará ter ganhado fôlego somente na década de 1880, sobretudo após a fundação da Sociedade Cearense Libertadora (SCL), o aparecimento do jornal *Libertador* para atuar como folha oficial dessa agremiação abolicionista cearense na imprensa nacional e o estabelecimento da rede de telegrafia no Ceará, ainda durante 1881, favoreceram o contato entre a SCL e alguns dos principais periódicos antiescravistas do Brasil, em especial, os jornais *Gazeta de Notícias* e *Gazeta da Tarde* do Rio de Janeiro.

Essa articulação contribuiu não só com a repercussão do processo abolicionista cearense na “opinião pública” (MOREL; BARROS, 2003: 17) nacional, mas também com a intensificação da discussão sobre o abolicionismo cearense entre abolicionistas e anti-abolicionistas no teatro do jornalismo, permitindo que o jornal *Libertador* atuasse como protagonista nesse palco de disputas e projetasse o Ceará como a vanguarda dessa campanha.

Na sua edição de estreia, esse periódico cearense já anunciava a caminhada do movimento abolicionista do Ceará pelo Brasil. O jornal *Libertador* apresentava a posição do Ceará em nome da ideia da liberdade e projetava o grande papel destinado ao Ceará na história do Império, como vanguarda do movimento abolicionista. Ele apregoava que essa província libertaria os seus escravos primeiro e serviria de exemplo para os seus irmãos do Sul da nação:

[...] Oh! liberdade, que doces transportes nos arrebatas tu com o magico, encanto de tua palavra! Inspirados na inviolabilidade de teus dogmas seductores, trabalhando em commum para o engrandecimento da terra, que és protectora, e imbalados na magia do teu nome, que nos faz palpitar de entusiasmo o coração, poderemos exclamar cheios de prazer aos nossos irmãos do sul: vinde aprender comnosco a ser livres! Vindes gozar alegrias que não podeis conhecer! Vinde ver como um povo acabrunhado de mil calamidade naturaes, encara os perigos, e a despeito de todas as desgraças, só sonha com as grandezas que lhe inspira o esforço de sua constancia. Não há de negal-o; o Ceará está destinado a representar grande papel na história deste império (O NOVO..., 1881: 2).

Conforme essa vontade de representação, esse periódico imprimiria a sua visão da liberdade. Além da construção do debate antiescravista na província do Ceará, ele divulgou diversas matérias sobre a repercussão do abolicionismo cearense pelo Brasil, em especial, notícias sobre os acontecimentos eleitos, como basilares para a trajetória da libertação dos escravos do Ceará. Dessa maneira, além da repercussão da libertação total dos escravos dessa província, no dia 25 de março de 1884, eventos como o fechamento do porto da cidade de Fortaleza contra o tráfico interprovincial de escravos, após duas greves protagonizadas pelos jangadeiros, durante o ano de 1881, a proclamação de Acarape como o primeiro município livre do Império, a abolição da escravatura na cidade de Fortaleza e a promulgação da lei provincial 2.034, foram constituídos como referências para o movimento abolicionista nacional, na medida em que conseguiram desencadear um conjunto de expectativas, que pretensamente aceleraram os rumos da discussão sobre o problema do elemento servil na imprensa brasileira.

Segundo o circuito de difusão das ideias na imprensa do final do século XIX, onde os periódicos ainda obtinham muitas das suas “informações via correspondências dos leitores e através das transcrições de periódicos de outros países ou de outras províncias” (BARBOSA, 2010: 59), o jornal *Libertador* realizava não só a divulgação de diversas notícias sobre os principais acontecimentos do movimento abolicionista cearense, mas também “acompanhava como os acontecimentos agiam sobre a opinião pública e a maneira como ela influía sobre os acontecimentos” (BECKER, 2003: 186). Esse periódico fazia eco nas suas próprias páginas, de diversas notícias da repercussão do abolicionismo cearense no teatro jornalístico nacional e realizava a

“apropriação” (CHARTIER, 1988: 26-27) das matérias, difundidas sobre o que era falado do processo abolicionista na província do Ceará, nessa dinâmica arena de disputas. Essa operação permitiu a construção de diversos sentidos para os acontecimentos, que foram escolhidos para a projeção do Ceará, como vanguarda do movimento abolicionista no Brasil.

De acordo com essa estratégia de atuação na imprensa, em especial, após a província do Ceará ter proclamado Acarape, como o primeiro município livre do Império, no dia 1º de janeiro de 1883, as ideias abolicionistas do Ceará ecoaram na opinião pública nacional e repercutiram diretamente no debate sobre os caminhos da liberdade no teatro do jornalismo.

Ainda em março de 1883, por exemplo, o jornal *Diario do Brazil* do Rio de Janeiro, publicava algumas críticas dos senhores de escravos do Club da Lavoura da Escada de Pernambuco contra os efeitos das “doutrinas subversivas” difundidas pela “imprensa cearense” sobre a postura dos cativos (LAVOURA..., 1883: 1) e alimentava o discurso dos grupos anti-abolicionistas no Parlamento sobre a possibilidade de uma explosão de revoltas escravas pelo país, após a abolição da escravatura na cidade de Fortaleza (ALONSO, 2015). Esse periódico ainda afirmava que essa notícia “cumprira um serviço essencial para os lavradores do Sul do Império”, pois alertava sobre a ascensão do “abolicionismo intransigente no Brasil” (LAVOURA..., 1883: 1). Embora o abolicionismo cearense não fosse tão intransigente assim, o discurso do jornal *Diario do Brazil* era conveniente para a conjuntura do Sudeste cafeeiro.

Em “O plano e o pânico”, Maria Helena Machado examinou os movimentos sociais da década da abolição e comprovou que esse temor entre os senhores de escravos do Sudeste cafeeiro realmente existia. A historiadora mostrou como nos três primeiros anos da década de 1880, as revoltas de escravos já se avolumavam em São Paulo, enfatizando como a escravidão não era mais um sistema sustentável pelos escravizados. Revoltas organizadas, crimes sangrentos e constantes denúncias sobre futuras revoltas aterrorizaram a camada senhorial. O avolumar de rebeldias escravas, muitas delas em parceria com movimentos sociais descontentes com a estrutura imperial, espalharam-se pelas principais vilas e cidades do Oeste Paulista e povoaram estradas e estações de trem com bandos de escravos e libertos armados, fomentando um processo que cada vez mais escapava do controle dos senhores (MACHADO, 2010: 76-98).

Foi exatamente desta região do Império, de onde partiram as críticas mais incendiárias contra o movimento abolicionista cearense. Após a repercussão da libertação dos escravos da cidade de Fortaleza no Brasil, no dia 24 de maio de 1883¹, um articulista do jornal republicano paulistano *A Província de S. Paulo*, assinou um longo editorial com o pseudônimo Ralph e desferiu duras críticas contra a projeção da província do Ceará, como vanguarda do movimento abolicionista brasileiro. Embora esse periódico republicano fosse afeito ao debate das ideias científicas, ele não só era financiado pelos cafeicultores do Oeste Paulista filiados ao Partido

1. Além da libertação da cidade de Fortaleza ter ganhado repercussão na opinião pública brasileira, tendo influenciado a fundação de alguns jornais e diversas sociedades antiescravistas pelo Império, ela ganhou destaque na imprensa da Europa, em especial, nos jornais *The Times* e *Daily News* de Londres. De acordo com o jornal *Libertador*, no dia 9 de junho de 1883, Joaquim Nabuco promoveu um jantar para celebrar a emancipação dos escravos da capital do Ceará e reuniu autoridades abolicionistas do Chile, Argentina, Estados Unidos e Brasil, protagonizando uma manifestação do continente americano contra a escravidão (A EMANCIPAÇÃO..., 1883: 3).

Republicano Paulista, mas também era contrário à abolição imediata da escravatura no Brasil.

O posicionamento deste jornal e o temor de revoltas escravas no Sudeste, permitiram que Ralph difamasse o abolicionismo cearense e travasse uma disputa no teatro do jornalismo contra Domingos Jaguaribe Filho, em julho de 1883. Além de ter respondido à matéria de Ralph, transcrita pelo *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, através do jornal antiescravista fluminense *Gazeta de Notícias*, este abolicionista cearense contribuiu para que o jornal *Libertador* apropriasse esse debate e projetasse essa província como vanguarda da liberdade.

Assim, além de examinar este debate sobre a repercussão do abolicionismo cearense no Brasil, esse artigo analisará como o jornal *Libertador* apropriou essa discussão no teatro do jornalismo e fomentou a propaganda para a projeção da província do Ceará, como vanguarda do movimento abolicionista brasileiro, realizada desde o seu aparecimento na imprensa cearense, em janeiro de 1881. Para tanto, além da utilização de relatos e alguns dicionários biográficos de época, foram apropriados como documentação, editoriais, cartas, telegramas e folhetins, publicados nos jornais *Libertador* (CE), *Diario do Brazil* (RJ), *Jornal do Commercio* (RJ), *Gazeta da Tarde* (RJ), *Gazeta de Notícias* (RJ) e *A Província de S. Paulo* (SP).

A articulação entre os pressupostos da história sociocultural da imprensa e a metodologia da análise do discurso, em especial, a perspectiva dialógica tal como foi concebida pelo linguista russo Mikhail Bakhtin, foi capital não só para examinar como o jornal *Libertador* atuou na imprensa brasileira (LUCA, 2008: 111-154), mas também para refletir sobre os discursos jornalísticos. Estes construtos foram examinados como o resultado de um fenômeno sóciodiscursivo atrelado às condições concretas da vida, uma vez que nenhuma vertente do discurso é neutra em relação às condições históricas vivenciadas pelos seus sujeitos, mas são sempre, uma discussão orientada por diversos filtros ideológicos (BAHKTIN, 2006: 126).

Além de ter contribuído para a investigação sobre a postura e o conteúdo dos jornais, esse quadro metodológico favoreceu a articulação entre os conceitos de “apropriação” (CHARTIER, 1988) e “teatro do jornalismo” (LIMA, 2003; BARBOSA, 2010), pois o intuito também foi examinar as intenções implícitas nas notícias divulgadas no performático teatro do jornalismo, demonstrando como essas construções imbricaram-se com outras ideias e se relacionaram com as necessidades e os interesses dos grupos, durante essa conjuntura histórica.

No entanto, antes de analisar a atuação do jornal *Libertador* nessa disputa entre abolicionistas e republicanos no teatro do jornalismo, é imprescindível demonstrar como a prática dessa folha cearense e a união com seus correligionários da imprensa, foram fundamentais para a projeção do Ceará como vanguarda do movimento abolicionista brasileiro.

O jornal *Libertador* e a prática de associativismo abolicionista na imprensa brasileira

O movimento abolicionista na província do Ceará ganhou força, durante o final da década de 1870, sobretudo após a fundação da Associação Comercial Perseverança e Porvir, no dia

28 de setembro de 1879. Essa agremiação tinha como objetivo tratar dos negócios econômicos dos seus fundadores², porém, propunha-se também a alforriar escravos. Embora essa postura tenha colaborado para que essa associação limitasse as suas ações a festivais abolicionistas, segundo o mais puro anti-escravismo emancipacionista, gerando a libertação de menos de uma dezena de cativos, durante seus cinco anos de existência (OLIVEIRA SILVA, 2002: 191), ela fundou a Sociedade Cearense Libertadora (SCL), no dia 8 de dezembro de 1880.

Além de ter sido a principal agremiação antiescravista do Ceará, uma vez que capitaneou a campanha abolicionista nessa província, a Sociedade Cearense Libertadora³ fundou o jornal *Libertador*. Essa folha abolicionista cearense foi inaugurada no dia 1º de janeiro de 1881 e circulou até o ano de 1892. No entanto, ela atuou como órgão oficial da Sociedade Cearense Libertadora somente até o dia 7 agosto de 1884, quando essa associação abolicionista foi dissolvida, alguns meses depois da libertação completa dos escravos na província do Ceará.

Durante a sua circulação como órgão oficial da Sociedade Cearense Libertadora, o jornal *Libertador* foi dirigido pelo intelectual republicano e comerciante cearense João Cordeiro. Ele tinha como redatores-chefes: Antônio Bezerra de Menezes, José Joaquim Telles Marrocos e Antônio Dias Martins Júnior. Dentre os seus principais colaboradores, figuravam dentre outros: Dr. Frederico Augusto Borges, Justiniano de Serpa, Martinho Rodrigues de Souza, Abel Garcia, Dr. Almino Alvares Afonso, João Lopes Ferreira Filho e o Dr. Pedro Tomás de Queiróz Ferreira. Enquanto os seus principais correspondentes eram: Francisco de Paula Ney, Dr. Tristão de Alencar Araripe Júnior e o Dr. Antônio Augusto de Vasconcellos.

Os articulistas dessa folha vivenciaram o contexto de aceleração da urbanização no Império e difusão do novo pensamento liberal, que contagiou os novos grupos urbanos dessa nação, durante a segunda metade do século XIX, sobretudo políticos reformistas e jovens bacharéis egressos das famílias nordestinas, que pouco ou nada, podiam esperar do cativo em declínio (BOSI, 1992: 222). Assim, em grande medida, o grupo de articulistas do jornal *Libertador* foi constituído pela emergente classe média urbana de Fortaleza, em especial, comerciantes,

2. De acordo com os dados biográficos, levantados pelo historiador Raimundo Girão (1984: 79-85), muitos dos membros da Associação Comercial Perseverança e Porvir, atuaram no setor comercial. Presidente: José Correia do Amaral (comerciante, sócio da primeira casa de ferragens de Fortaleza); Vice-presidente: José Theodorico de Castro (comerciante e empregado da Casa Boris Frères, casa comercial francesa, instalada em Fortaleza, na década de 1860); Diretores: Antônio Cruz Saldanha (comerciante) e José Barros Silva (comerciante, proprietário de uma casa comercial, chamada Bolsa do Comércio); Secretário: Alfredo Rocha Salgado (caixeiro na firma Singlehurst & Cia, empresa de Liverpool com filial em Fortaleza); Tesoureiro: Joaquim José de Oliveira Filho (livreiro e sócio da primeira livraria de Fortaleza); Fiscais: Antônio Dias Martins Júnior (caixeiro de escrita, depois funcionário da alfândega), Manoel Albano Filho (gerente de uma elegante casa importadora de modas de Fortaleza), Raimundo Maciel (comerciante), Luiz Xavier da Silva Castro (funcionário público, professor e tabelião em Fortaleza), Francisco Florêncio de Araújo (comerciante de tecidos em Fortaleza, depois empregado na Companhia de Ferro-Carril, tendo falecido como auxiliar na Casa Boris Frères) e Antônio Soares Teixeira Júnior (comerciante).

3. Conforme o relatório redigido pelo abolicionista Antônio Dias Martins Júnior, divulgado pelo jornal *Libertador* em sua edição de estreia (MARTINS, 1881: 6), a primeira diretoria da Sociedade Cearense Libertadora foi composto pelos seguintes membros: João Cordeiro (Presidente); José Correia do Amaral (Vice-presidente); Frederico Borges (1º secretário); Antônio Bezerra de Menezes (2º secretário); João Crisóstomo da Silva Jatahy (Tesoureiro); Manuel Ambrósio da Silveira Torres Portugal e Justino Francisco Xavier (Advogados); José Caetano da Costa, João Carlos da Silva Jatahy, João Baptista Perdigão de Oliveira e Eugênio Marçal (Procuradores).

intelectuais, jornalistas, burocratas, advogados e professores. Todavia, muitos deles, ainda mantinham relações diretas com os grupos que se posicionavam no topo da estrutura dominante. Portanto, em boa medida, ainda eram extensões dessa camada social, senão os filhos, os netos ou os apaniguados dos chefes políticos, fazendeiros e abastados comerciantes do Ceará. Essas relações contribuíram não só para que todos os articulistas dessa folha atuassem como jornalistas, mas também para que alguns, já figurassem como políticos, antes do final da campanha contra a escravatura no Ceará, como demonstra a tabela a seguir:

Tabela 1 – Perfil dos articulistas do jornal *Libertador* (1881-1884)

	JORNALISTA	ADVOGADO	PROFESSOR	INTELLECTUAL	POLÍTICO	BUROCRATA	COMERCIANTE
ARTICULISTAS							
João Cordeiro	x			x		x	x
Antônio Bezerra de Menezes	x			x		x	
Antônio Martins Dias Júnior	x		x	x		x	x
José Joaquim Telles Marrocos	x		x	x			
Frederico Augusto Borges	x	x		x		x	
Justiniano de Serpa	x	x	x	x	x	x	
Martinho Rodrigues de Souza	x	x		x	x	x	
Abel Garcia	x	x		x		x	
Almino Alvarez Afonso	x	x		x		x	
João Lopes Ferreira Filho	x		x	x	x	x	
Pedro Tomás de Queiróz	x	x	x	x		x	
Francisco de Paulo Ney	x			x			
Tristão de Alencar Araripe Júnior	x	x		x	x	x	
Antônio Augusto de Vasconcellos	x	x	x	x		x	

Fonte: Tabela elaborada a partir da análise de dicionários biográficos de época. In: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. V. 1. 2. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893; STU-DART, Guilherme. *Diccionario bio-bibliographico cearense*. 1. 2. 3. Fortaleza: Typographia Minerva, 1915.

Além de comprovar o aludido perfil dos articulistas do jornal *Libertador*, durante a sua circulação como órgão oficial da Sociedade Cearense Libertadora, essa tabela chama a atenção, para o fato de que todos os articulistas desse periódico, já figuravam como intelectuais.

Essa realidade também foi condicionada, pois a maioria dos articulistas do jornal *Libertador* havia frequentado a Faculdade de Direito do Recife. Essa instituição e a Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, foram os polos de difusão do “bando de idéias novas” (positivismo, evolucionismo, darwinismo, cientificismo, crítica religiosa e literária), que segundo o famoso relato de Silvio Romero, “esvoaçaram no Brasil a partir do ano de 1868” (ROMERO, 2003: 285) e fundamentaram as bases da retórica dos abolicionistas brasileiros, na década de

1880. De acordo com Angela Alonso, o “maremoto sociológico da segunda metade do Oitocentos”, sobretudo as ideias de “Auguste Comte e seus parentes evolucionistas”, definiram não só “o progresso como movimento irrefreável de industrialização, urbanização e secularização que arrasaria as instituições tradicionais [...] para gerar uma sociedade moderna, científica, industrial, republicana e livre”, mas também adentraram nessas duas faculdades e formaram vários defensores do abolicionismo e do republicanismo (ALONSO, 2015: 98-99).

Almino Afonso, Abel Garcia, Justiniano de Serpa, Martinho Rodrigues, Frederico Borges, Antônio de Vasconcellos, Araripe Júnior e Pedro de Queiróz eram bacharéis formados na Faculdade de Direito do Recife, enquanto Antônio Bezerra, João Lopes e Francisco de Paula Ney não conseguiram concluir os seus cursos superiores. Antônio Bezerra estudou na Faculdade do Largo do São Francisco, João Lopes passou pela Faculdade de Direito do Recife e Paula Ney desistiu da Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro (STUDART, 1915).

O impacto dessas ideias foi decisivo, tanto para a união dos articulistas do jornal *Liberador* na imprensa, quanto para a arregimentação da prática de associativismo, nesse campo de disputas. Os abolicionistas do jornal da Sociedade Cearense Libertadora estabeleceram conexões com alguns dos principais grupos antiescravistas brasileiros e constituíram uma pretensa rede de associativismo na imprensa, durante essa campanha. Assim, apesar da existência de diferenças de nascimento e de orientação política, visto que muitos ainda possuíam uma relação direta com os grupos e facções da camada dominante da província do Ceará, essas afinidades intelectuais unificaram as suas conexões com as ideias abolicionistas.

George Menezes afirma que essa homogeneidade ideológica foi legitimada “pela educação superior (direito), pela ocupação (burocracia/magistratura) e pela carreira política”. Ela afinava “os interesses” e permitia “o estabelecimento de limites máximos para as discordâncias” entre a camada dominante. Para ele, a socialização dessa ideologia “reforçou a identificação entre burocracia e a elite política e foi de vital importância para que a elite dominasse e se fizesse legítima perante a sociedade imperial” (MENEZES, 2006: 51). O autor cearense apropriou a discussão do historiador José Murilo de Carvalho sobre as elites brasileiras. Para ele, a educação superior foi um dos pilares para a garantia da homogeneidade ideológica dessa camada no Império brasileiro, sobretudo porque “quase toda a elite possuía estudos superiores”, que se concentravam na “formação jurídica e forneciam, em consequência, um conjunto homogêneo de conhecimentos e habilidades”, reforçados pela “concentração temática e geográfica”, que “promovia” tanto “contatos pessoais entre os estudantes das províncias”, quanto difundia entre eles “uma ideologia homogênea” (CARVALHO, 2003: 65).

Segundo essa perspectiva, embora José do Patrocínio tenha conhecido João Cordeiro (futuro líder da Sociedade Cearense Libertadora), durante a cobertura da grande seca do Ceará, em 1878 (MACHADO, 2014: 27), tendo contribuído para acelerar os laços entre os abolicionistas dessas províncias. Antes disso, ele já era colega de Francisco de Paula Ney, na redação do jornal *Gazeta de Notícias* da Corte. Este último, por sua vez, quando ainda era um jovem estudante do colégio Atheneu Cearense, frequentou instituições literárias, como o Gabinete Cea-

rense de Leitura (1875), onde conhecera Antônio Bezerra, Pedro de Queiróz, Antônio Augusto de Vasconcellos, João Lopes Filho e Araripe Júnior. Os dois últimos, Rocha Lima, Capistrano de Abreu, Xilderico de Faria e Thomás Pompeu Filho, após concluírem os seus cursos superiores na Faculdade de Direito do Recife, fundaram a Academia Francesa (1873). Essa agremiação literária, filosófica e científica foi o principal expoente das novas ideias na cidade de Fortaleza. Essa agremiação fomentou os princípios do liberalismo, do positivismo, do evolucionismo e do racionalismo, através do jornal *Fraternidade* (1873) e da Escola Popular (1874). Nesses espaços, a discussão dessas teorias também foi apropriada, por outros agentes letrados abolicionistas, em especial, os membros da emergente classe média comercial de Fortaleza, que fundaram a biblioteca do *Reform Club* (1876). Nesta associação, caixeiros e comerciantes, como Antônio Dias Martins Júnior, José Correia do Amaral e João Cordeiro, apropriaram essas leituras científicas modernas e passaram à contestar os valores tradicionais que ainda obstruíam o progresso da província do Ceará (CARDOSO, 2016: 43-77).

A existência dessa homogeneidade ideológica, em grande medida, reflexo do contato entre esses intelectuais, durante seus estudos na Faculdade de Direito do Recife e da cena intelectual de Fortaleza na década de 1870, certamente facilitou a construção de uma pretensa rede de associativismo abolicionista na imprensa. Essa conexão fica clara, com o contato entre a Associação Central Emancipadora⁴ do Rio de Janeiro e a Associação Comercial Perseverança e Porvir do Ceará, antes da fundação da Sociedade Cearense Libertadora, como atesta a carta enviada pelo abolicionista José Correia do Amaral para Paula Ney, publicada no jornal abolicionista *Gazeta da Tarde*, confirmando que o secretário da “Sociedade Perseverança e Porvir” havia realizado a entrega dos folhetos sobre a emancipação e a abolição da escravatura:

Illm. Sr. Francisco de Paula Ney: Tive a satisfação de receber a muito prezada carta de V. S., datada de 20 do próximo passado. O Sr. Dr. Theodorico Filho, fez entrega do pacote, contendo diversos exemplares de folhetos sobre emancipação e abolição da escravatura, os quaes fiz distribuir e tiveram bom acolhimento, tanto quanto os primeiros que me foram dirigidos dessa Corte, não sei porque cavalheiro! No entanto, a quem quer que fôr, os meus agradecimentos. Os meus ardentes desejos para que seja findo o elemento servil em nossa província, secundado pelos cooperadores da sociedade *Perseverança e Porvir* persuademme que algum resultado tiraremos em favor da causa que defendemos, porque, ella é sympathizada em nossa capital pelos cidadãos que compreendem não haver civilização em um paiz que tem homens escravos! Foi assim que no dia 8 deste foi instalada a sociedade abolicionista dos escravos da nossa província; [...]. De V. S. Patrício, amigo e criado José Correia do Amaral (SOCIEDADE..., 1880: 2).

Essa homogeneidade ideológica refletiu a prática abolicionista do jornal *Libertador*. Ele era um periódico incendiário, “independente dos partidos políticos”, prezava pelo debate sobre

4. A Associação Central Emancipadora do Rio de Janeiro foi fundada no mês de agosto de 1880, pelos abolicionistas negros José do Patrocínio, André Rebouças, Vicente de Souza e Nicolau Moreira. Além de essa agremiação ter realizado conferências públicas para a arrecadação de fundos para a compra de alforrias de cativos, ela realizou a difusão do abolicionismo pelo Império. Os principais conferencistas dessa agremiação eram: José do Patrocínio, Lopes Trovão, André Rebouças, João Clapp, Francisco de Paula Ney e Rui Barbosa (ALONSO, 2015: 91).

o estado geral da sociedade e foi influenciado não só pelas modernas teorias científicas, mas também pela imprensa literária. Diferente dos principais jornais do Ceará – *Pedro II, Cearense, Constituição* e *Gazeta do Norte* – e sua atuação voltada para a manutenção das oligarquias dessa província (CARDOSO, 2016: 26), ele fomentou um público leitor condizente com os novos modelos de civilização e divulgou vários projetos reformistas na opinião pública.

O *Libertador* usava uma linguagem poética e divulgava em seu programa, que havia surgido para fomentar na opinião pública cearense a propaganda abolicionista. Ele apregoava que a discussão sobre o elemento servil teria sido esquecida pelo jornalismo brasileiro em proveito dos paladinos da ciência, do comércio, da política, da indústria, da arte e da lavoura. O “Novo Anno” era uma referência ao surgimento dessa folha abolicionista nessa província:

Por entre as brumas misteriosas da eternidade, o tempo fez sua evolução, e a terra nas expansões do seu jubilo saúda o **Novo Anno**. Aos primeiros albos de sua aurora celeste também surge na imprensa cearense um novo órgão de publicidade. Romeiro da esfera terrestre, cumprimenta o mensageiro celeste e, como ele, tem seu círculo a percorrer e sua missão a cumprir. Traçar-lhes sua posição o programa que tem representado o jornalismo brasileiro. Nas suas lutas se debateram todos os interesses: a política e o comércio, as ciências e as artes, a indústria e a lavoura continuam a ter seus paladinos. Apenas foi esquecido quem tinha mais direito à solicitude do coração humano: o proscrito! (PROGRAMMA, 1881: 1, grifo nosso).

Embora a Sociedade Cearense Libertadora apoiasse várias práticas legalistas, o programa do seu periódico era incendiário e questionava como a política emancipacionista promovida nessa nação, sobretudo a lei contra o Tráfico Internacional de Africanos e a Lei do Ventre Livre, não foi suficiente para resolver o problema do elemento servil e batizar os escravos com a liberdade negada desde a Independência do Brasil. Essa trajetória justificava a missão de amor que não vinha trazer a paz do jornal *Libertador*, como mostra o excerto a seguir:

[...] 1822 negou-lhes o baptismo da liberdade! Mais tarde mystificou-se, em seu detrimento, a lei de 7 de novembro de 1831 e proseguio terrorosa a mesma oppressão. A consciência publica revoltou-se, e a liberdade reclamou justiça. Entretanto a lei de 28 de setembro de 1871 iludia a questão, mas não solvia a dificuldade. Com o paiz que se levanta em prol da mais santa das causas, vem hoje o Libertador inscrever-se na liça de seus combatentes. Sua missão é de amor; mas não vem trazer a paz. A liberdade só combate com a espada; porque a tyrannia não cede á razão e nem conheceo direito. Onde estiver o oprimido, ahi estaremos nós. Ficão suspensas as garantias dos potentados: Contestamo-lhes o direito de serem os únicos que têm razão. Liberdade, egualdade e fraternidade é a legenda de nosso estandarte! (PROGRAMMA, 1881: 1).

Além deste discurso incendiário sobre a libertação dos escravos no Ceará, o jornal *Libertador* divulgava um conjunto de valores, que almejavam fomentar os ideais de liberdade em todas as dimensões da sociedade e questionar as antigas práticas sociopolíticas, que abstruíam a regeneração social e o estabelecimento da moderna sociedade capitalista no Brasil:

1° A libertação completa da escravidão no prazo imprerrogavel de 5 annos. 2° A verdade nas

discussões da imprensa, de foro, da tribuna parlamentar e dos comícios populares. 3º A lealdade dos princípios, a pureza dos costumes, o amor da probidade, o respeito á dignidade própria e alheia. 4º A repressão do crime no rico e no pobre, no fidalgo e no plebeu, no litterato como no analfabeto e sobretudo n' autoridade pública que mais que ninguém, tem o dever de dar o bom exemplo. 5º A prosperidade e engrandecimento da lavoura pela applicação dos methodos modernos. 6º O desenvolvimento da riqueza pastoril. 7º A diffusão da imprensa [...] e proteção ás artes e sciencias. 8º Propagação da instrucção publica por todas as classes sociaes. 9º A diminuição dos empregos públicos [...]. 10º A descentralisacão em todos os ramos do serviço publico, a autonomia das municipalidades e a extinção do espírito de adulação e subservencia ignóbil ao poder. 11º A defesa dos desprotegidos da fortuna, quando forem violentados no seu direito, e a elevação do povo, fazendo-lhe ver a extensão e superioridade do seu poder. 12º A sustentação dos interesses do commercio [...] (AO PAIZ, 1882: 1).

A reivindicação desses valores tinha relação direta com a apropriação das modernas teorias científicas e noções liberais herdadas das filosofias iluministas para a projeção de uma sociedade harmoniosa. Os articulistas dessa folha acreditavam em uma marcha evolutiva das nações, rumo ao progresso universal da humanidade, todavia, para que o apostolado cotidiano e incessante da liberdade fosse inaugurado, era necessário a extinção da escravidão no Brasil:

Toda a vez que um paiz está abalado pela acção evolutiva de uma idéa, por uma força impulsiva e organizadora, é impossivel deter a marcha triumphal dos acontecimentos. É a voz inextinguivel da consciencia humana. Ao antro negro das almas é preciso levar a lampada augusta da verdade. Quer na mentalidade, quer na sentimentalidade da nação produz-se uma agitação renovadora. Sejamos por tanto, ousados e resolutos em affirmar os principios de uma pura e radical democracia, clamando sem cessar pelo resgate dos captivos. Diante do progresso, que é o dynamismo universal das sociedades constituídas, abatem-se todas as muralhas do immobilismo tradicional, que tem gerado a raça dos novos Cains, immoladores de seus irmãos nas aras do egoísmo. Cada um de nós não vive para si mesmo, mas para todos, e não há progresso isolado independente do progresso geral. A principal virtude é o sacrificio. Elle consiste em pensar, obrar, soffrer, si fôr preciso, não por nós mesmos, mas pelos outros, para o triumpho da liberdade, que é o bem, sobre a escravidão, que é o mal. O progresso, como religião da humanidade, tem por scopo supremo a fraternidade dos homens e dos povos, commungando todos no mesmo agape os mesmos direitos e os mesmos deveres. Inauguremos o apostolado quotidiano e incessante da liberdade. É preciso dizer e redizer a verdade aos nossos concidadãos, por mais inexhoravel que ella seja. E eis aqui a verdade: Deve-se abolir a escravidão! (JORNADA..., 1881: 4).

A conexão dos abolicionistas do Ceará com os seus correligionários da imprensa da Corte também foi arregimentada com a inauguração da rede telegráfica no Ceará, no dia 26 de fevereiro de 1881. Esse avanço tecnológico foi imprescindível para a repercussão das ideias abolicionistas dessa província na opinião pública brasileira, pois além da aceleração do vai e vem das notícias sobre a campanha abolicionista no Brasil, ele permitiu uma rápida conexão dos abolicionistas da Sociedade Cearense Libertadora com outros grupos abolicionistas do país.

Essa visão fica clara no ato dos abolicionistas do jornal *Libertador* para celebrar a inauguração da rede de telegrafia no Ceará. Esse periódico estabeleceu contato imediato para saudar

os seus principais correligionários abolicionistas do Sul, comunicando a instalação do telégrafo para os “Srs. Ferreira de Menezes, Ferreira de Araújo, Lopes Trovão, Paula Ney e José do Patrocínio, redactores dos jornais *Gazeta da Tarde* e *Gazeta de Notícias*” (CORDEIRO, 1881: 4). Para além do sucesso da comunicação entre esses abolicionistas, a saudação de Ferreira de Menezes⁵ para os seus correligionários de Fortaleza foi simbólica do impacto das novas ideias no pensamento social desse grupo de abolicionistas. Para ele, o progresso da sociedade determinava o crescimento da liberdade, apregoando que onde havia jornal, trem de ferro e telegrafia não poderia existir escravidão: “A *Gazeta da Tarde* saúda ao *Libertador*, cujo nome é por si só uma bandeira. Transmitta à Sociedade Cearense Libertadora os seus aplausos. Onde há jornal, trem de ferro e telegrafia, – não pode haver escravos” (MENEZES, 1881: 4).

A conexão com os abolicionistas da Corte foi importante, pois a cidade do Rio de Janeiro assumiu um papel central na formação da opinião pública nacional. Segundo Marialva Barbosa, além do fato de ela ser a capital do Império, “essa cidade representava o Brasil no cenário internacional, atuando como um lugar de cruzamento de informações e uma fonte permanente de notícias” (BARBOSA, 2010: 119). Apesar da significativa circulação de impressos existente no território brasileiro ter permitido a interligação entre os círculos letrados no Brasil (MOREL, BARROS, 2003: 47), essa conexão favoreceu a aceleração da divulgação das ideias abolicionistas do Ceará no Império, sobretudo porque os jornais *Gazeta de Notícias* e a *Gazeta da Tarde* tiveram uma grande circulação na imprensa da Corte, na década de 1880.

Não foram apenas os abolicionistas do Rio de Janeiro que estabeleceram uma conexão direta com a SCL. Nessa mesma data, José de Vasconcellos (redator-chefe do *Jornal do Recife*) também telegrafou para saudar os abolicionistas do Ceará. Nessa mensagem, ele divulgou que “todos os bons brasileiros estavam com o Ceará”. Para Vasconcellos, “a radiante luz d’aurora redentora, já bruxuleava do Norte ao Sul pelo vasto horizonte da nossa querida pátria”. O abolicionista pernambucano também desejava que a província do “Ceará fosse a primeira terra” do Império brasileiro “a dizer que não possuía mais escravos” (VASCONCELLOS, 1881: 4).

Além da rede telegráfica ter possibilitado a aceleração do envio de informações, uma vez que ela permitiu que as notícias fossem transmitidas no mesmo dia, a interligação com esses dois polos do abolicionismo brasileiro, abriu caminhos para a expansão da propaganda abolicionista cearense para o Velho Mundo. Além da cidade do Rio de Janeiro ter atuado como um lugar de cruzamento de informações, a terra de Joaquim Nabuco (o grande divulgador do avanço do movimento abolicionista cearense no Brasil pela Europa⁶), era não só um polo de difusão das ideias reformistas, como também, detinha condições para a comunicação com a

5. José Ferreira de Menezes (Corte, Rio de Janeiro, 1845 – Corte, Rio de Janeiro, 1881) foi um burocrata, advogado e jornalista negro, republicano e abolicionista. Ele se bacharelou pela Faculdade de Direito do Largo do São Francisco e foi o fundador do jornal abolicionista *Gazeta da Tarde* da Corte (BLAKE, 1893, v. 3: 426-427).

6. Além de Joaquim Nabuco ter organizado um jantar em homenagem a libertação dos escravos da cidade de Fortaleza, na Inglaterra, segundo o jornal *Libertador*, o afamado abolicionista brasileiro foi “o grande campeão da campanha abolicionista brasileira e fez retumbar por toda Europa, a marselhesa da pretensa libertação dos escravos da província do Ceará, apregoando que a imprensa da Itália, da Alemanha, França, Hespanha e Inglaterra ecoaram o nome Cearense, antes da abolição total dos escravos nessa província” (A LIBERTAÇÃO..., 1883: 2).

Europa, após a instalação do cabo submarino que ligava Pernambuco e Portugal, desenvolvido pela empresa “*The Western Telegraph Company Limited*, em 1874” (BHERING, 1987: 326).

Todavia, a conexão dos abolicionistas da Corte com os seus correligionários da cidade de Fortaleza, também foi muito favorecida pela existência de outra semelhança com os jornais *Gazeta de Notícias* e *Gazeta da Tarde*: a neutralidade entre os partidos políticos. De acordo com a carta enviada pelos abolicionistas cearenses da Corte, a relação entre a imprensa cearense e os partidos era uma grande barreira para a conexão com a sua terra natal. Para eles, a fundação do jornal *Libertador* pela Sociedade Cearense Libertadora e a sua postura de independência entre os partidos políticos, foi crucial para a expansão da luta contra a escravatura no Ceará:

Apresentamo-nos ao público cearense sem a pretensão de lhe sermos agradável, apresentamo-nos para satisfazer um desejo nosso. Há muito que nos sentíamos desejosos de entreter relações com a imprensa de nossa província: mas havia um embaraço a vencer, uma dificuldade a superar: era ser toda a imprensa cearense órgão dos partidos constitucionais. Confessamos que ficámos verdadeiramente possuídos de jubilo quando tivemos conhecimento de que a <<Sociedade Cearense Libertadora>> havia creado o órgão de suas idéas, cujo título traduz o seu programma. (CORTE, 1881: 2).

Apesar de o jornal *Libertador* ter estabelecido ligações com diversos grupos antiescravistas do Império, os abolicionistas da Corte foram os principais correligionários dessa folha cearense na imprensa brasileira. Além de os jornais *Gazeta de Notícias* e *Gazeta da Tarde* terem divulgado em suas páginas, discursos que tinham como objetivo principal promover no Brasil “um regime ancorado na indústria, no trabalho assalariado, na pequena e média propriedade, no ensino primário gratuito e no sufrágio universal, para redimir o passado de abjeção, fazer justiça aos escravizados e integrar essa nação no rol das democracias modernas” (BOSI, 1992: 234), eles foram imprescindíveis para a projeção da província do Ceará, como vanguarda do movimento abolicionista brasileiro, sobretudo durante o embate entre Domingos Jaguaribe Filho e o articulista do jornal republicano *A Província de S. Paulo*, em 1883.

A causa abolicionista do Ceará e o anti-escravismo do jornal *A Província de S. Paulo*

O jornal *A Província de S. Paulo* foi fundado em 1875 e circula até os dias de hoje, como *O Estado de S. Paulo*. Todavia, antes da repercussão do dia 25 de março de 1884 pelo Brasil, esse periódico tinha como redatores-chefes: Rangel Pestana e Américo de Campos, enquanto os seus principais colaboradores eram: Américo Brasiliense, Pereira Barreto e Campos Salles. Apesar de esse jornal ter tido como meta principal a instauração do regime republicano, ele era financiado pela elite cafeicultura do Oeste Paulista ligada ao Partido Republicano Paulista, portanto, pouco ou quase nada, afirmou em relação a abolição da escravidão no Brasil.

Como revelou Schwarcz (1987: 79), esse jornal assumiu uma posição de clara contempo-

rização da escravatura no Brasil, ou seja, não era contra, pois se dizia um jornal alinhado com as novas ideias, porém, nunca propôs nada mais avançado. Ele proclamava uma abolição gradual com indenização para os senhores de escravos justaposta a imigração europeia, granjeando a ordem com o progresso para evitar a anarquia social gerada pelo abolicionismo.

Essa ideologia fica bastante evidente no editorial “Movimento abolicionista”. Nessa matéria divulgada pelo jornal *A Província de S. Paulo*, no dia 6 de julho de 1883, porém, transcrita no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, no dia 8 de julho deste mesmo ano, um articulista dessa folha paulistana, que assinava com o pseudônimo Ralph (alusão ao filósofo, poeta e abolicionista norte-americano Ralph Waldo Emerson), teceu diversas considerações sobre o avanço da propaganda abolicionista do Ceará na opinião pública, sobretudo críticas que visavam deslegitimar a projeção dessa província, como vanguarda do abolicionismo brasileiro.

Como não poderia deixar de ser diferente, o discurso adiantado divulgado pelo jornal republicano financiado pelos cafeicultores do Oeste Paulista, coadunava com o imaginário das elites do Sudeste, que apoiavam a imigração europeia, como a principal alternativa para a substituição do trabalho servil no Brasil, sobretudo porque ainda temiam uma rebelião escrava e atribuíam o aumento da criminalidade nessa região ao negro “mau” vindo do Norte, reflexo do intenso tráfico interprovincial de cativos da década de 1870 (AZEVEDO, 1987: 102-106).

De acordo com esta visão, além da recorrente acusação anti-abolicionista de que o Ceará só havia começado a campanha pela abolição imediata da escravatura, depois de ter vendido “hordas de escravos assassinos” para a região Sul, sobretudo após as províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro terem decretado leis, que estabeleceram a cobrança de impostos para impedir a entrada de escravos, essa folha republicana afirmava que o que causava estranheza na projeção dessa província como vanguarda do abolicionismo, eram os projetos fantasiosos divulgados por ela. Para Ralph, além de o Ceará nunca ter se distinguido por qualquer ação iniciadora no Brasil, ele havia sido assolado pela ação de ladrões de casaca, durante a seca de 1877-1879, e continuava vivendo de recursos financeiros do governo central:

[...] Uma provincia que ainda tão recentemente incidio de modo tão efficiente e nefasto sobre as finanças do Império: uma provincia que por negocio despejou sobre suas irmãs do Sul hordas de escravos assassinos, habituados á malandrice e imbuídos em todos os intinctos perversos alimentados pelo mais descurado regimem educador e disciplinar; uma provincia em que pululavão <<os ladrões de casaca explorando os horrores da fome que alastrava as estradas de cadáveres insepultos e expostos a todos os animais carnívoros>>; uma provincia que ainda hoje estende a mão a pedir ao exausto erário nacional, quantiosas sommas para açudes e estradas, aterrada pela eventualidade de novas calamidades; uma provincia que nunca se destiguio por uma acção iniciadora de qualquer especie; - uma tal provincia inauflada entretanto de ridículas velleidades, apresenta-se como a iniciadora da immediata abolição do elemento servil no grande Imperio do Brazil (RALPH, 1883: 3).

Para o articulista do jornal *A Província de São Paulo*, a atitude dos abolicionistas do Ceará era uma estranhável audácia, sobretudo quando se comparava a “figura grotesca” dessa

província e seus planos de “rela importância, benemerência patriótica e intensidade de critério sociológico” com as “importantes e despreziosas províncias de São Paulo, Rio-Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais”. Para Ralph, essas importantes províncias concordavam com a abolição da escravatura, porém ela deveria acontecer de modo gradual, mediante um complexo de medidas fundamentadas na Lei de 28 de Setembro de 1871:

Estranhavel audacia: supino ridículo, cujos contornos ainda mais ressaltão á luz da analyse que ao lado da grotesca figura do Ceará agrupa em seus devidos planos de rela importancia, benemerencia patriotica e intensidade de criterio sociológico, as importantes e despreziosas províncias de S. Paulo, Rio-Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Minas [...] Sim, estas províncias, as mais importantes e benemeritas do patriotismo, tão diversamente caracterizadas, tão distanciadas entre si pela situação geographica, pelo clima, producção e commercio, e índole de seus habitantes, encontrão-se todavia acordes em só pensamento – libertar a nação da instituição inconveniente da escravidão, porém de modo gradual, sem sacrificar a geração presente, mediante um complexo de medidas inspiradas na lei de 28 de Setembro, com as modificações, cuja necessidade foi se revelando pela experiência (RALPH, 1883: 3).

Além da observação das críticas incendiárias, divulgadas pelo articulista do jornal *A Província de S. Paulo* no teatro do jornalismo, contra a ascensão do movimento abolicionista do Ceará na opinião pública brasileira, após a repercussão da abolição dos escravos na cidade de Fortaleza, esse editorial permite examinar como o jornal *Libertador* apropriou essa notícia, para a projeção da província do Ceará como vanguarda do abolicionismo brasileiro.

O jornal *Libertador* realizava a “interpretação social dos processos e condições” (CHAR-TIER, 1988: 26-27), que possibilitaram a repercussão do movimento abolicionista do Ceará na opinião pública brasileira e apropriava as notícias com maior repercussão no teatro do jornalismo, para imprimir sentidos que monumentalizassem marcos memoráveis dessa campanha no Brasil, demarcando assim, o lugar do Ceará como vanguarda do abolicionismo.

Segundo essa operação, além da sacralização do abolicionismo cearense através da transcrição de notícias, que atestavam o sucesso dessa campanha pelo Brasil, ele transcrevia para as suas colunas, as principais críticas dos opositores dessa campanha e procurava responder aquelas matérias que haviam ganhado certa repercussão no performático teatro do jornalismo.

A matéria divulgada pelo impresso republicano paulistano e transcrita no *Jornal do Commercio* causou bastante repercussão na imprensa, sobretudo entre os abolicionistas cearenses na Corte. Em reação às críticas contra o Ceará Domingos Jaguaribe Filho⁷ contestou a matéria o “Movimento abolicionista”, publicando uma carta aberta no jornal *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro. Segundo Humberto Machado, este jornal estava entre os pioneiros na luta contra a escravidão no Brasil e desde o ano de 1874, divulgava em suas páginas diversas matérias em

7. Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho (Aracati, Ceará, 1848 – Santos, São Paulo, 1926) foi um intelectual, médico, político e jornalista cearense. Ele era filho do senador Domingos José Nogueira Jaguaribe, um dos líderes da facção política do Partido Conservador do Ceará, conhecida como “conservadora graúda”. Jaguaribe Filho doutorou-se em Medicina pela Faculdade Nacional do Rio de Janeiro, exerceu o mandato de deputado, durante várias legislaturas e foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (BLAKE, 1893, v. 2: 222).

prol da emancipação dos escravos nessa nação. O autor afirma ainda, que na década de 1880, a *Gazeta de Notícias* abrigava não só a ala abolicionista moderada, como também possuía a maior circulação da Corte (MACHADO, 2014: 131). Conforme essa perspectiva, não foi estranho a declaração de Jaguaribe Filho, quando afirmou que “o melhor meio de fazer a injustiça ficar sem efeito é torná-la bem conhecida” (JAGUARIBE FILHO, 1883: 1). O abolicionista cearense acreditava, que fazendo repercussão das calúnias, divulgadas contra o abolicionismo cearense no teatro do jornalismo, essa campanha ganharia fôlego no Império.

Provavelmente a divulgação dessa carta foi o álibi que faltava para os abolicionistas do jornal *Libertador* desfecharem uma avalanche de críticas no teatro do jornalismo contra o jornal *A Província de S. Paulo*. Além da transcrição dessa resposta, onde Jaguaribe Filho afirmava que “o jornalista republicano havia ficado irritado, pois a província do Ceará havia comprovado, que antecipou em muitos anos, o natural desenvolvimento da abolição no Brasil” e construía a vocação dessa província, como pioneira da liberdade no Brasil, apresentando iniciativas pioneiras de políticos do Ceará em nome da emancipação dos escravos, como “a primeira iniciativa de proibição do tráfico de escravos”⁸ e a menção de “Pedro Pereira como responsável pela apresentação do primeiro projeto no Parlamento para a extinção do elemento servil no Brasil (JAGUARIBE FILHO, 1883: 1), o jornal *Libertador* publicou, no dia 31 de julho de 1883, o editorial “O abolicionismo do Ceará e o jornal <<A Província de S. Paulo>>”. Essa matéria apresentava não só a sua própria resposta contra as acusações do jornal *A Província de S. Paulo*, como também projetava o Ceará, como vanguarda do abolicionismo.

Embora algumas das críticas do articulista republicano fossem realmente verdadeiras e o jornal *Libertador* lamentasse ter que vir à imprensa para responder uma folha, que havia rutilado luz no passado, porém, naquele momento “negrejava servilismo” contra a repercussão do abolicionismo cearense no Brasil, ele não poupou críticas contra o jornal *A Província de S. Paulo*. O jornal antiescravista cearense utilizou epítetos jocosos e o sentido virulento das palavras, normalmente apropriado pelos periódicos brasileiros no teatro do jornalismo para fazerem valer as suas ideias nessa arena (BARBOSA, 2010: 57), não só para difamar o seu opositor, como também para agenciar a projeção do Ceará como vanguarda do abolicionismo:

É com o mais profundo pesar que no jury da sagrada opinião das Nações civilizadas e das Províncias Brasileiras, irmãs benevolentes, que nos não assuaram levianas injurias, nem o baixo doesto, que vimos responder, em breve, ás duras insinuações do illustre órgão da opinião escravista da *Provincia de S. Paulo*, aquelle gigante de fé, que outrora rutilava de luz, e actualmente negreja de servilismo! Um cobarde, cujo nome respeitamos, por nossa civilização e criterio, enviou a diser-nos pelo diário intitulado *A Provincia de S. Paulo*, em um artigo transcripto no *Jornal do Commercio*, de 8 do cadente mez, que o movimento abolicionista cearense é o resultado leviano

8. Conforme Hilário Ferreira Sobrinho, em 1834, dois navios negreiros, que levavam 160 africanos contrabandeados em direção ao “Cabo Branco” (região localizada entre Paraíba e Pernambuco), atracaram na Barra do Rio Ceará, após terem sido perseguidos por jangadeiros de Assú (Rio Grande do Norte) e foram confiscados pelas autoridades da província do Ceará. Além do confisco das embarcações, José Martiniano de Alencar (Presidente da Província do Ceará) decidiu alocar 30 africanos libertados em serviços públicos e incentivou a filantropia e a caridade da população de Fortaleza para empregá-los em trabalhos particulares (FERREIRA SOBRINHO, 2005: 34-35).

dos galopins incendiários, que não tem sentimento patriótico, nem benemerência publica! E que não se explica a audácia cearense de dignificar-se de constituir sua bela provincia a Patria dos homens livres, iniciadora do grande movimento do progresso emancipador, e a Terra da Luz, e da Redenção dos captivos! [...] Um Ralph, um anonimo, um parasita, um lagarta da civilização, vendeu alma e honra por alto preço talvez, aos preclaros e insignes negrophagos de São Paulo, para deitar pingos negros no procedimento espontâneo, e mais glorioso, que ennobrece e preconiza o nome cearense! Esse injusto philosopho, esse patriota deshumano, calumnia-nos, e nos desfrecha contumclias; porque nos libertamos sem prejuízo de ninguém; ao passo que nos accuza de nunca nos termos distinguido por uma acção iniciadora de qualquer espécie! Chama de *ridiculas veleidades* os grandes milagres da nossa abnegação humanitária! Lastima-se de que sejamos os iniciadores da *imediate abolição do elemento servil* no grande Imperio Americano! (O ABOLICIONISMO..., 1883: 2).

Como foi exposto acima, além de ter afirmado que Ralph era um parasita que havia vendido a sua alma para os insignes “negrophagos” de São Paulo, para pintar de negro o procedimento espontâneo que preconizava o nome cearense, como a província iniciadora da imediata abolição do elemento servil no Império, o jornal *Libertador* apresentou o Ceará como a “Terra da Luz” e reproduziu em seu discurso, a alcunha divulgada na *Gazeta da Tarde*, após a proclamação de Acarape como o primeiro município livre do Brasil (A TERRA..., 1883: 1).

Em seguida, o jornal *Libertador* questionou as afirmações sobre o Ceará ter vendido “hordas de escravos assassinos habituados a malandrice e imbuídos em instintos perversos” para a Sul do país. Para o periódico cearense, além do fato de essa região ter sido um intenso mercado de escravos, o Ceará havia comercializado cativos para essa área, muito em virtude da “inópia e necessidade dos seus habitantes”, sobretudo durante o triênio da seca no Ceará. Ele ironizava essa crítica e alegava que se essa afirmação “pudesse realmente ser imputada como desprimor ou cálculo de ganância” dessa província, teria sido porque “os cearenses tiveram o bom senso de ajuntar os semelhantes com os seus semelhantes” (O ABOLICIONISMO..., 1883: 2). Além disso, ele apregoava que todo o progresso de São Paulo era sustentado pela escravidão:

E' lá, que se achavão os esgartulos, as senzalas; a grande rede de vis férreas; os portos mais conhecidos e frequentados; os heoricos baluartes e as couzas que disputão as Republicas Platinas o commercio pastoril; e as ingentes producções do café do Eito; e onde se accumulão as riquezas, no menor espaço do paiz ou do tempo! E' lá que está, o berço de tantos notáveis estadistas nacionaes, e a reclamação enérgica e insistente contra a centralização que esteriliza a vitalidade nacional; é lá que está a terra clássica da agudeza da intelligencia: das tendências accentuadas para as belas artes e industrias, a pátria de todos os Silverios imagináveis, e Martinho Campos de Cebollas, e d'outros muitos liberaes de peso, que tem o maior pezo nas deliberações do parlamento! Sim!... Essas cousas, todas as mais importantes e beneméritas do patriotismo, tão diversamente caracterizadas por tanta distancia, por clima, producção e commercio, pela índole dos seus habitantes: que cresceram, multiplicaram-se e nobilitaram-se, assuperiorando-se a nós todos, pelo suor do negro derramado entre os cafezais, em toso os soes do dia, em todas as sombras da noite, bem mereciam a nossa coadjuvação. Mandámos-lhes, pois, alguns negros; porque suppunhamos, que dar-se-hião bem entre negros! Fizemos uma obra de caridade: pacifico com pacifico; assassinos e perversos com perversos e assassinos! (O ABOLICIONISMO..., 1883: 2).

O jornal *Libertador* ainda respondeu a acusação sobre a província do Ceará nunca ter se distinguido por nenhuma ação iniciadora no Brasil. Para tanto, ele apresentou uma analogia não só recorrente em seu discurso abolicionista, para a difusão do Ceará como a terra pioneira da liberdade no Brasil, mas também já mencionada pelo abolicionista cearense Domingos Jaguaribe Filho, no jornal *Gazeta de Notícias*: a relação entre o primeiro o projeto de lei em nome da emancipação dos escravos no Brasil, elaborado pelo deputado cearense Pedro Pereira⁹ e a Lei do Ventre Livre, assinada pelo Visconde do Rio Branco, no dia 28 de setembro de 1871.

Para o jornal *Libertador*, Pedro Pereira havia inventado a ideia da emancipação do ventre escravo, pois a ideia do “Brazileiro Cearense” havia inspirado a Lei do Ventre Livre:

O Ceará produziu Pedro Pereira, o semideos do Parlamento, que ousou inventar, nas Camaras de 1850, a ideia da emancipação do ventre escravo! Foi, então, apodado e doestado por uns ilustres patriotas, de quem, talvez, seja neto o Sr. Ralph, da Província de S. Paulo! Mais tarde, 33 anos depois, um Brasileiro immortal na História e no coração dos Brasileiros, que amam a Patria, o nobilíssimo Visconde do Rio Branco, o grande Heroe parlamentar da Bahia, como o jequitibá alteroso das serranias da Senegambia, levantou, devidamente inspirado, a humanidade da ideia do Brasileiro Cearense, e constituiu, nacionalmente, a Aurea Lei da liberdade do ventre escravo! Como, pois, diz que a nossa provincia não iniciou jamais uma acção de qualquer espécie?! (O ABOLICIONISMO..., 1883: 2).

A cólera do jornal *Libertador* contra os republicanos de São Paulo e os negreiros do Sul não cessou, pois os abolicionistas do Ceará também tomaram conhecimento da resposta de Ralph para Jaguaribe Filho. No dia 8 de julho de 1883, o articulista do jornal *A Província de S. Paulo* respondeu o abolicionista cearense da Corte, afirmando que o seu periódico era “patriota” e não aceitava “o Ceará ter começado uma precipitada propaganda, após algumas províncias do Sul, suas antigas freguezas, terem prohibido a entrada de escravos” (RALPH, 1883: 1). Dessa forma, no dia 8 de agosto de 1883, o jornal *Libertador* divulgava o editorial “O Ceará e a causa abolicionista” e questionava não só liberalismo defendido pelo jornal republicano paulistano, como também voltava a propagar considerações sobre o vanguardismo abolicionista cearense.

Para o jornal *Libertador*, os liberais e republicanos do Sul, almejavam a liberdade somente para eles e condenavam tudo o que era contra seu egoísmo, ócio, aristocracia e grandeza, como um paradoxo intolerável. De acordo com os abolicionistas do Ceará, apesar de o jornal *A Província de S. Paulo* ter se apresentado na imprensa, como um periódico humanitário, republicano e adiantado, ele ainda defendia a escravidão, pois advogava o direito de propriedade dos cafeicultores do Oeste Paulista e considerava um crime, a consagração do princípio liberal e sacrossanto da igualdade humana, sustentada pelo abolicionismo cearense:

9. Entre 1850 e 1852, o deputado cearense, pelo Partido Conservador, Pedro Pereira da Silva Guimaraes, apresentou ao Parlamento um projeto de lei, que tinha como proposta principal, a libertação de todas as pessoas nascidas de ventre escravo no país. A base do seu projeto era semelhante à futura Lei do Ventre Livre, no dia 28 de setembro de 1871, pelo deputado José Maria de Paranhos (Visconde do Rio Branco). Essa correlação permitiu que o jornal *Libertador* canonizasse a figura de “Pedro Pereira”, como o primeiro ideólogo do abolicionismo nessa nação.

Não nos perdoam os negreiros do sul, a atitude franca e decidida, que tomamos em prol do abolicionismo. Para elles é um crime, uma insensatez imperdoável, restituir a liberdade roubada, e tornar uma realidade o princípio liberal e sacrossanto da igualdade humana. Apregoam-se humanitários, republicanos, e adiantados, mas querem a escravidão, isto é, o direito absurdo do homem sobre o homem, a esterilidade do trabalho, emfim. São liberaes e republicanos, que só almejam a liberdade para si. Tudo que fôr contra o seu egoísmo, ócio, aristocracia e grandeza, é condenado como um paradoxo intolerável! (O CEARÁ..., 1883: 2).

Este embate é bastante profícuo para examinar a tese do historiador brasileiro Alfredo Bosi sobre a existência de dois tipos de liberalismo, durante a vigência da escravidão no Império brasileiro. Conforme o autor (1992: 199-200), ser liberal para a classe dominante brasileira, até meados do século XIX, era ser conservador das liberdades de produzir, vender e comprar, conquistadas em 1808; de representar-se politicamente; de sustentar juridicamente a propriedade escrava; e adquirir sob o regime de livre concorrência novos latifúndios. Dessa maneira, durante grande parte do Império, os direitos universais retoricamente proclamados a partir das ideias liberais burguesas europeias, tornaram-se na prática, privilégios da elite oligárquica atrelada à estrutura escravista e latifundiária fiadora da vida política dessa nação.

Para Alfredo Bosi, somente no final da década de 1860, surgiu um novo liberalismo nessa nação. Essa nova vertente era afeita às modernas teorias científicas, impaciente com a estagnação política do país, adepta do industrialismo e do trabalho livre, e mirava a elevação do Brasil ao nível dos centros capitalistas mundiais, segundo os preceitos da socialdemocracia *yankee* (BOSI, 1992: 246). Todavia, essa vertente do liberalismo padecia frente à força do sistema escravista nos meandros da cultura política e da experiência socioeconômica brasileira.

Diferente do liberalismo difundido pelo jornal *A Província de S. Paulo* na imprensa brasileira, que segundo Lília Schwarcz “esvaziava parte das ideias liberais de seu conteúdo original, adaptando suas práticas às condições locais” (SCHWARCZ, 1987: 38), pois tinha como objetivo principal, fomentar a propaganda republicana no Brasil e possuía como base social os cafeicultores da província de São Paulo, o jornal abolicionista cearense atrelava diversos valores do novo liberalismo para legitimar a liberdade dos escravizados. No entanto, ele alertava sempre sobre a necessidade da ordem, durante o processo abolicionista nessa nação:

Porque pensamos diferente; porque miramos o ideal supremo da democracia, - cidadãos livres, trabalho livre e pensamento livre - somos uns incendiários, uns aventureiros, e amotinadores! Como se enganam, porém, os negreiros do sul!... Nós trabalhamos pela ordem e pelo progresso da pátria, procurando estabelecer sem abalos, nem agitação, as condições normaes da nossa comunhão social. Nas circunstancias actuaes do Brazil, a escravidão não é somente um attentado contra a filosofia, a razão, a moral e a religião; é mais que tudo isto; um elemento terrível de convulsão social, e de desorganização. Está no próprio interesse das grandes fazendeiros e proprietários procurarem quanto antes uma solução rasoavel a esse terrível e medonho problema, que se impõe a todos os espíritos. O trabalho rural, os princípios económicos exigem que a rotina seja banida, que desapareça o braço escravo, e que o colono industrioso, activo e intelligente possa

vir competir no rotear de nossos campos com o homem livre. Essa é a grande preocupação do pensamento do povo cearense. N'essa cruzada, toda de civilização, humanidade e progresso, não se pretende prejudicar a ninguém. Entendem, porem, assim, ou não queiram entender os egoístas senhores potentados do sul do Imperio, pouco nos importa. Iremos por diante com a cruzada que temos pregado e organizado. Não nos assustam, nem nos arrefecem o ânimo, os insultos e apodos, de que temos sido victimas (O CEARÁ..., 1883: 2).

Nessa mesma matéria, após ter questionado a lógica do pensamento liberal da folha paulistana, o jornal *Libertador* transcreveu para as suas colunas, o editorial “A província de S. Paulo depois da abolição”, publicado pelo jornal *Gazeta da Tarde*, no dia 31 de maio de 1883, seis dias após a libertação dos escravos de Fortaleza. Os articulistas do jornal *Libertador* afirmavam que essa notícia demonstrava como a opinião pública brasileira, apoiava a causa abolicionista do Ceará. Eles apregoavam que “se por um lado partiam vozes de impreciação contra o Ceará; de outro erguia-se o brado da justiça, defendendo-o” (O CEARÁ..., 1883: 2).

O jornal *Libertador* também divulgava que essa notícia definia o posto de honra do Ceará na campanha abolicionista, pois esse editorial fazia uma comparação entre São Paulo e Ceará na luta contra a escravatura no Brasil. São Paulo era apresentado como o castelo forte do hediondo escravagismo e o Ceará era divulgado como a província heroína da abolição dessa nação. Todavia, São Paulo ainda era apresentada como a província do Império, que melhor estava preparada para a abolição imediata e sem indenização no país, protagonizada pelo Ceará:

O seguinte artigo da *Gazeta da Tarde* bem define o nosso posto de honra: Há uma singula anti-these entre as provincias do Ceará e de S. Paulo. O Ceará é o heroe da abolição; São Paulo é o castello forte do hediondo esclavagismo. No emtanto, provincia alguma está melhor preparada para a abolição, immediata, instatanea e sem indemnização alguma, do que S. Paulo. A réde de estradas de ferro está completa em seus grandes troncos, uns já chegaram aos confluentes navegaveis do Rio Grande ou do Paraná outros penetram nas provincias limitrophes de Goyaz e de Minas Gerais. O planalto de S. Paulo possui o mais ameno clima do mundo; a capital da provincia já é servida por lombardos e por italianos de todas as procedências. No emtanto, sabem todos que o italiano é o immigrante mais difícil de acclimar; é sempre a primeira victima da febre amarella. A provincia de S. Paulo é a mais conhecida na Europa; no dia, em que se annunciasse no *Times*, que o territorio uberrinmo dessa riquíssima provincia estava livre nesse dia tomariam vapor para o porto de Santos milhares e milhares de emigrantes. Não há negar: quem repele o emigrante é o fazendeiro; é o déspota de chicote, de vergalho e de azorrague; é o usurpador dos lotes dos colonos; incendiário de suas choupanas; o sultão insaciável prostituindo mulheres casadas, viúvas e orphãs... Estes monstros do escravagismo são evidentemente mil vezes mais temíveis do que o tufo e a febre amarella. No dia seguinte ao da abolição, aconteceria ao planalto de S. Paulo o mesmo que ao vale do Mississipi, era também refutado o pestifero impossível ao immigrante. Depois da abolição verificou-se que só havia ahi uma peste: a escravidão>> (O CEARÁ..., 1883: 2).

Apesar da comparação com a província de São Paulo ter aparentado ser apenas uma crítica contra a força do escravismo no Oeste Paulista, essa matéria transcrita pelo jornal *Libertador* não almejou somente ressaltar a repercussão do movimento abolicionista do Ceará no

Brasil, mas também visou agenciar a emulação do processo abolicionista cearense em uma das principais áreas do escravismo nacional. No entanto, utilizando a linguagem altaneira do jornal republicano *A Província de S. Paulo*, apropriada pela *Gazeta da Tarde* para justificar na opinião pública brasileira, porque a província de São Paulo deveria seguir o modelo abolicionista cearense. Para os correligionários do Ceará na imprensa, São Paulo lograria sucesso após realizar a abolição imediata e sem indenização, pois ela possuía uma estrutura favorável aos encantos do trabalho livre e era a província mais conhecida do Brasil na Europa.

Após a divulgação dessa matéria, o embate entre republicanos e abolicionistas na imprensa parece ter sido disperso. No entanto, o jornal *Libertador* ainda lançou um folhetim chamado “Regresso”. Nessa publicação, Pery (pseudônimo de Antônio Dias Martins Júnior) fez uma última crítica contra o jornal *A Província de S. Paulo* e exaltou a atuação da Sociedade Cearense Libertadora no Brasil em uma comparação com a narrativa bíblica sobre Sansão e Dalila. De acordo com esse folhetim, os “Ralphs das emboscadas negrophogas do Sul” haviam “reconhecido a existência do Sansão da Terra da Luz” (a Sociedade Cearense Libertadora) e perceberam que somente “uma Dalila poderia cortar os fios de cabelos do novo Sansão”. Essa Dalila era “a fascinante musa de todas as grandes revoluções: a Liberdade” (PERY, 1883: 2).

Considerações finais

Este artigo demonstrou como a discussão sobre a repercussão da campanha abolicionista cearense no Brasil, durante o embate entre o abolicionista cearense Dr. Domingos Jaguaribe Filho e um articulista do jornal republicano paulistano *A Província de S. Paulo*, que assinava como Ralph, foi apropriada pelo jornal *Libertador* para fomentar no performático teatro do jornalismo, a projeção do Ceará como vanguarda do movimento abolicionista brasileiro, antes da libertação total dos escravos dessa província, no dia 25 de março de 1884.

A postura neutra entre os partidos políticos e o corpo editorial composto por sujeitos, que se posicionavam no topo ou estavam em ascensão na estrutura dominante da província do Ceará, porém, afeitos ao debate científico, literário e reformista, foram fundamentais para que o jornal *Libertador* fosse não só uma folha abolicionista incendiária e eloquente, mas também para que ela se associasse com alguns dos principais periódicos antiescravistas da imprensa brasileira, em especial, os jornais *Gazeta de Notícias* e *Gazeta da Tarde* do Rio de Janeiro.

Essa articulação mostrou não só o intenso contato entre os grupos antiescravistas na imprensa brasileira, mas também como o jornal *Libertador* apropriou a repercussão do abolicionismo cearense no teatro do jornalismo brasileiro. Além de ter apresentado o Ceará como modelo abolicionista, segundo a aspiração dos seus congêneres da imprensa, a difusão de representações, como “Terra da Luz”, “Pedro Pereira” e “herói da abolição”, ainda durante o ano de 1883, sustentaram não só as represálias contra as ofensivas do articulista do jornal *A Província de S. Paulo*, mas também a narrativa do protagonismo abolicionista cearense no Brasil, construída pelo *Libertador* desde o seu aparecimento na imprensa cearense, em 1881.

Além de ter reforçado a profícua relação entre o campo da História, a cultura impressa e o abolicionismo no Brasil, essa análise confirmou como a imprensa foi capital, não só para a circulação das ideias, mas também para a associação entre os grupos abolicionistas dessa nação.

Referências

Fontes

- A EMANCIPAÇÃO na capital do Ceará. *Libertador*, Fortaleza, n. 185, 25 ago. 1883, p. 3.
- A LAVOURA do Norte. *Diario do Brazil*, Rio de Janeiro, n. 38, 20 mar. 1883, p. 2.
- A LIBERTAÇÃO Total. *Libertador*, Fortaleza, n. 265, 1 dez. 1883, p. 2.
- A TERRA da Luz. *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, n. 51, 6 mar. 1883, p. 2.
- AO PAIZ. *Libertador*. Fortaleza, ano II, n. 1, 2 nov. 1882, p. 1.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. V. 1. 2. 3. 4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.
- CORDEIRO, João. De Norte a Sul. *Libertador*, Fortaleza, n. 5, 3 mar. 1881, p. 4.
- CORTE, 9 março de 1881. *Libertador*. Fortaleza, n. 7, 24 mar. 1881, p. 3.
- JAGUARIBE FILHO, Dr. Domingos José Nogueira. Movimento Abolicionista. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 189, 9 jul. 1883, p. 2.
- JORNADA Promissora. *Libertador*. Fortaleza, n. 4, 7 fev. 1881, p. 4.
- MARTINS, Antônio. Relatório. *Libertador*. Fortaleza, n. 1, 1 jan. 1881, p. 6.
- O ABOLICIONISMO do Ceará e o jornal <<A Província de S. Paulo>>. *Libertador*, Fortaleza, n. 164, 31 jul. 1883, p. 2.
- O CEARÁ e a causa abolicionista. *Libertador*. Fortaleza, n. 171, 8 ago. 1883, p. 2.
- O NOVO anno. *Libertador*. Fortaleza, n. 1, 1 jan. 1881, p. 2.
- PROGRAMA. *Libertador*. Fortaleza, n. 1, 1 jan. 1881, p. 1.
- PERY. Regresso. *Libertador*. Fortaleza, n. 172, 9 ago. 1883, p. 2.
- RALPH. Movimento Abolicionista. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 188, 8 jul. 1883, p.

3.

_____. Movimento Abolicionista. *A Província de S. Paulo*, São Paulo, n. 2456, 10 jul. 1883, p. 1.

ROMERO, Silvio. “Resposta do Sr. Silvio Romero”. In: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Discursos Acadêmicos*. Tomo I (1897-1919). Rio de Janeiro, 2003.

STUDART, Guilherme. *Dicionário Bio-bibliographico Cearense*. V. 1. 2. 3. Fortaleza: Typographia Minerva, 1915.

VASCONCELLOS, José de. De Norte a Sul. *Libertador*, Fortaleza, n. 5, 3 mar. 1881, p. 4.

Bibliografia

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas*. O movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AZEVEDO, Maria Célia Marinho. *Onda negra, medo branco*. O negro no imaginário das elites do século XIX. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1987.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BAHKIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BECKER, Jean-Jacques. “A Opinião Pública”. In: RÉMOND, René. *Por uma História política*. Tradução: Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BHERING, Francisco. *A radiotelegraphia no Brasil: elementos históricos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Gleudson Passos. *Práticas letradas e a construção do mito civilizador: “Luzes”, seca e abolicionismo em Fortaleza (1873-1904)*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2016.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão, 1988.

FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. “*Catirina minha nega, Teu sinhô ta te querendo vendê, Pero Rio de Janeiro, Pero nunca mais ti vê, Amaru Mambirá*”: o Ceará no tráfico interprovincial (1850-1881). 2005. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em

História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

GIRÃO, Raimundo. *A abolição no Ceará*. Fortaleza: Secretária de Cultura e Desporto, 1984.

LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LUCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: *Fontes históricas*. PINSKI, Carla Bassanezi (Org.). São Paulo: Contexto, 2008.

MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados*. José do Patrocínio e a imprensa abolicionista no Rio de Janeiro. Niterói/Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2014.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O plano e o pânico*. Os movimentos sociais na década da abolição. 2ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

MENEZES, Ferreira de. De Norte a Sul. *Libertador*. Fortaleza, ano I, n. 5, 3 mar. 1881, p. 4.

MENEZES, George Rocha. *Lutas políticas e crise social: a elite política cearense na década de 1870*. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana. *Palavra, imagem e poder*. O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

Submetido em: 29/07/2020

Aprovado em: 25/11/2020